

DESENVOLVIMENTO, TRADIÇÃO E RECONHECIMENTO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CORUMBAU, BA

Luciana da Silva Peixoto Perry
Sheila Maria Doula

1. INTRODUÇÃO

Ações coletivas de grupos da sociedade civil em níveis nacional e internacional vêm, desde a década de 1970, pressionando os Estados a adotarem medidas visando a inclusão de parâmetros ambientais e sociais nas políticas públicas de gestão territorial (ACSELRAD, 2010; BECK, 1995; SACHS, 2009; SEN e KLIKSBERG, 2010). Essas pressões se materializaram em leis, tratados e políticas nacionais e internacionais visando o chamado desenvolvimento sustentável, inicialmente sob uma concepção mais ambientalista da sustentabilidade e num momento posterior também sobre grupos minoritários e seus meios e modos de vida.

Parte das políticas de gestão ambiental concebidas internacionalmente desde o final do século XX, referem-se à demarcação de áreas terrestres e marinhas para proteção ambiental, como por exemplo a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNITED NATIONS, 1972) e a Convenção da Biodiversidade (idem, 1992). No Brasil, a Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), normatiza a gestão de territórios considerados de interesse especial para a conservação da biodiversidade por meio da criação de Unidades de Conservação.

Paralelamente, grupos étnicos minoritários, como indígenas e quilombolas, além de populações extrativistas, caiçaras e outras vêm desde a década de 1990 demandando direitos específicos sobre o território onde vivem e adquirindo um status de culturalmente relevante entre parte da sociedade civil e também das políticas públicas, dentro dos debates sobre desenvolvimento. O SNUC incorporou essas demandas ao já trazer

em suas categorizações de Unidades de Conservação a possibilidade de serem criadas com o objetivo de proteger os meios de vida da população tradicional, a exemplo das Reservas Extrativistas. Desde a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)¹, em 1992, o Brasil instituiu políticas específicas para a denominada população tradicional, culminando com a publicação do Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que delineou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A associação entre ‘população tradicional’ e sustentabilidade está exposta em diversos documentos, leis e acordos internacionais e nacionais criados nas últimas décadas, ainda que por vezes com significados diferentes, de acordo com quem enuncia, se constituindo ainda em uma espécie de prerrogativa legal/ou institucional à qual estão imbricadas as populações, em especial as que residem em áreas consideradas de especial interesse para a conservação ambiental e transformadas em Unidades de Conservação. No caso das Reservas Extrativistas, que têm como objetivo também proteger os meios de vida da população tradicional, parte-se do pressuposto que ao garantir a sustentabilidade de seus meios de vida, garantir-se-ia também a sustentabilidade dos recursos naturais. Mesmo considerando-se o avanço que esses arranjos institucionais e legais possibilitaram na inclusão de temas como participação, multiculturalismo e para a abordagem do desenvolvimento para além da esfera puramente econômica, até então secundários na agenda política, a população de extrativistas tradicionais ainda se vê, como demonstram os estudos realizados por Callou (2009; 2010), Diegues (1999, 2004a, 2004b), Lobão (2006) e outros, como não reconhecidos em suas demandas, que muitas vezes vêm em segundo plano frente aos requisitos ambientais.

Assim, questiona-se de que maneira os conflitos existentes em torno de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, especialmente

¹ O órgão criado pela portaria do IBAMA 22, de fevereiro de 1992 passou por diversas renomeações e, em 2015, chamava-se Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), de acordo com a Portaria do ICMBio nº78 de 3 setembro de 2009.

aqueles que se manifestam entre a população local, o Estado e outros atores que convivem nesses territórios relacionam-se a diferentes concepções valorativas sobre o meio ambiente, o desenvolvimento e a tradição. Pergunta-se ainda até que ponto o reconhecimento legal e institucional de uma população específica traduz-se na prática, para essa população, como uma efetiva ampliação de suas liberdades, ou ao contrário se transforma em uma obrigação em se enquadrar em uma denominação específica criada pelo Estado, como a categoria população tradicional.

Na pesquisa, foram analisados os conflitos de interesse existentes em torno de uma Unidade de Conservação de Usos Sustentável a partir das premissas valorativas expressas pelos diferentes atores que se envolvem nessa disputa. Pretendeu-se chamar a atenção para o fato de que nas disputas políticas, que se dão em espaço público, há um pano de fundo valorativo, que muitas vezes fica encoberto e não tematizado explicitamente nesses conflitos, como analisa Taylor (1989). As situações nas quais diferentes lógicas de pensamento se confrontam em torno de recursos naturais e territórios são expressões também do encontro dos diferentes meios de vida na contemporaneidade, ampliados pela globalização e pela mídia, que atenuam as fronteiras entre sociedades 'tradicionais' e modernas, e sobretudo a possibilidade de se identificar com discursos diferentes constituindo-se, inclusive, como fatores identitários (ainda que temporários), conforme discutem Giddens (1991) e Bauman (2005).

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como diferentes hierarquias valorativas acerca do desenvolvimento, da tradição e do meio ambiente, expressas pelos diferentes atores sociais que convivem no entorno de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, em especial a população extrativista, o Estado e residentes, resultam em conflitos entre esses atores sociais.

2. METODOLOGIA

Quatro conceitos principais foram escolhidos para nortear o estudo: desenvolvimento (Sachs, 2009; Sen, 2012; Sen e Kliksberg, 2010), conflito

social (Simmel, 1983, 2013; Souza, 2004, 2012). tradição (Geertz, 2008; Melucci, 1996, 2001; Giddens, 1991, 2002) e reconhecimento (Honneth, 2011; Taylor, 1989, 2011). Metodologicamente, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Em campo, foram utilizadas a observação participante e a técnica de entrevistas e análise de conteúdo.

Com o objetivo de contextualizar esse debate teórico na vida cotidiana, eleger-se a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, localizada no extremo sul da Bahia, entre os municípios de Prado a Porto Seguro, como o locus empírico da investigação. Diante da extensão da Resex Corumbau (cerca de 60 km de norte a sul) e das diferenças entre as comunidades que residem em seu entorno, optou-se por concentrar o trabalho de campo nas comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba. A justificativa para tal escolha se deu por serem localidades onde a pesca é a atividade econômica geradora de renda principal para muitas famílias e por concentrarem 13% e 55%, respectivamente, dos extrativistas cadastrados, segundo dados de diagnóstico socioeconômico apresentado por Siqueira (2007) e confirmados pelos próprios extrativistas e pelo ICMBlo em 2013. Além disso, a comunidade de Corumbau foi a que deu origem ao processo de mobilização que culminou com a criação da Resex, sendo por isso escolhida para a pesquisa, ao invés de Caraíva, que também abriga percentual similar de extrativistas. Essa última possui uma atividade turística mais intensa e uma relação com empresas de celulose que atuam na região bem distinta das demais comunidades.

Entre os anos de 2013 e 2014 foram realizadas cinco visitas às comunidades, em março, setembro e dezembro de 2013, e em janeiro, março e setembro de 2014 com duração total de aproximadamente 55 dias em campo. Nessas ocasiões, vivenciou-se o dia-a-dia da comunidade, intercalando períodos de maior e menor movimentação turística, de permissão e proibição de determinadas espécies (defeso marinho) e duas festas de aniversário da Unidade, realizadas em Caraíva (2013) e Cumuruxatiba (2014).

Foram realizadas ao todo 26 entrevistas com extrativistas, empresários, membros do Conselho Deliberativo da Unidade, além de represen-

tantes da Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba (APEC), com sede em Cumuruxatiba; da Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC), da Associação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (AREMACO), com sede na Ponta de Corumbau, Federação das Associações da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, além de com o gestor da Unidade, representante do ICMBio no Conselho.

O objetivo com as entrevistas foi observar diferentes narrativas sobre a experiência da Resex, os conflitos relacionados aos usos do território, à manutenção da atividade de pesca como principal fonte de renda e às transformações nas práticas pesqueiras que ocorrem na região nas últimas décadas. Nos relatos de diferentes atores foram verificadas as concepções concorrentes de desenvolvimento que circulam nas comunidades; de que forma essas concepções se relacionam a determinadas premissas valorativas, como o reconhecimento de população extrativista tradicional, residente em uma UC de uso sustentável é percebida e vivenciada pela comunidade; e finalmente, que desafios e oportunidades são postos a partir desse novo arranjo de gestão para os recursos e para o território. Os quatro conceitos chave que norteiam o arcabouço teórico dessa pesquisa – reconhecimento, tradição, conflito e desenvolvimento – tangenciaram todas as entrevistas realizadas, que seguiram um roteiro previamente elaborado, de acordo com o segmento social do entrevistado – gestor, extrativista, conselheiro, empresário, morador. Cada entrevista durou em média 50 minutos, tendo o roteiro o papel de um fio condutor dos principais temas a serem abordados, mas não tendo as entrevistas se restringido a ele, na maioria dos casos.

Visando complementar as entrevistas e também de verificar as percepções de jovens das comunidades do entorno da Resex sobre o local onde vivem, foi proposta uma redação opinativa aos alunos do ensino médio da Escola Municipal Algeziro Moura, em Cumuruxatiba. Foi solicitado aos alunos que produzissem um texto opinativo respondendo à seguinte pergunta: “É possível conciliar desenvolvimento, preservação ambiental e modos de vida tradicionais no entorno da Resex Corumbau? Por quê? Como? Sugestões para o futuro”. A escolha desta instituição em particular

se deu devido ao fato de a comunidade de Cumuruxatiba ser uma das maiores, em termos de população residente e em extrativistas beneficiários da Resex, além de ser a comunidade na qual o Ensino Médio é oferecido regularmente. A Escola possuía, em 2013, 153 alunos matriculados no ensino médio, segundo dados do Censo Escolar 2014.

Foi feito um contato inicial com a direção da escola e apresentados os objetivos gerais da pesquisa em andamento, assim como o da produção dos textos especificamente. Por sugestão da direção da Escola, o texto não foi solicitado a todas as turmas de ensino médio, mas apenas a uma das turmas de cada ano (1, 2 e 3). Os textos foram produzidos na disciplina de Português, sob orientação da professora, durante uma aula cotidiana, tendo sido ela orientada a não trabalhar o assunto previamente durante as aulas a fim de não interferir nas opiniões que seriam expressas. Foram produzidos 39 textos, de alunos matriculados em turmas de 1^o, 2^o e 3^o anos do Ensino Médio, sendo as duas primeiras do turno da tarde e o último do turno da noite. A idade dos jovens participantes da atividade variou entre 15 e 19 anos.

A leitura dos textos foi feita buscando-se identificar juízos de valor, premissas argumentativas, críticas, elogios, justificativas para ancoragem de pontos de vista e qualquer outro elemento que indicasse opiniões e suas respectivas justificativas. Ancoradas teoricamente pelas perspectivas analíticas propostas por Ribeiro (1992) e Diegues (2001) buscou-se perceber se ao discursarem a respeito do desenvolvimento e da sustentabilidade, os jovens constroem seus argumentos apoiados nos discursos normalmente ecoados pelos grupos ambientalistas, relacionados à proteção da biodiversidade ou se recorrem mais às justificativas no âmbito de um direito que reconhecem a si mesmos e a sua comunidade como portadores devido a uma especificidade que lhes é própria, como argumenta Honneth em seu trabalho sobre o local do reconhecimento e da autenticidade na cena contemporânea.

Nas análises de todo o material coletado buscou-se identificar quais os entendimentos são expressos sobre a Resex, seu papel, expectativas e frustrações relacionadas, identificando-se nesses discursos as ideias de

valor, de certo ou errado, de bom ou ruim. Analisaram-se ainda opiniões e entendimentos sobre políticas públicas específicas relacionadas às populações extrativistas, à proteção do meio ambiente e à atividade de pesca; e identificando os conflitos mencionados/verificados, procurou-se analisá-los sob a perspectiva do uso de diferentes lógicas e opções valorativas pelos sujeitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos indicam que a criação da Resex Extrativista Marinha de Corumbau, demanda da comunidade pesqueira, é considerada por muitos extrativistas como uma conquista incompleta. Embora tenham a prerrogativa legal de uso dos recursos, carecem de apoio para a organização comunitária, para o acesso às políticas públicas e para o processamento e comercialização do pescado e exploração do turismo. Observou-se que nos 15 anos de existência da Resex Corumbau, a organização comunitária ainda é um hábito em formação entre os extrativistas, seja por dificuldades de locomoção ou disponibilidade, ou por requerer um tipo de esforço coletivo cujas maneiras não são as usuais na localidade. Percebeu-se também que o reconhecimento da própria comunidade sobre sua condição de agente principal na Reserva vem avançando, conforme pode ser percebido pela leitura das Atas do Conselho Deliberativo e por algumas falas em entrevistas. Nos últimos sete anos, observou-se o maior número de discursos afirmando que a comunidade não deve esperar que o ICMBio ou o gestor resolva todos os problemas, mas que eles devem pressionar os órgãos competentes para atender suas demandas.

Para grande parte dos extrativistas e também dos empresários locais, o desenvolvimento remete às expectativas por melhorias nas condições básicas de habitação, saúde, educação e transporte. A sustentabilidade da atividade pesqueira e dos meios de vida da população tradicional necessita, conforme indicam os dados, de incentivos para os jovens permanecerem em suas comunidades, como acesso à educação e oportunidades de renda. Os jovens, por sua vez, compreendem a Resex como uma unidade

criada pra proteger o meio ambiente e não seus meios de vida. A não representação dos jovens na própria constituição da Unidade justifica a preocupação dos mais velhos com a sustentabilidade da Unidade no futuro. Quanto às projeções de um cenário ideal para a Unidade, os dados indicaram que uma grande maioria gostaria de ver os nativos ‘viverem em paz’ em seu território, numa alusão tanto à segurança alimentar e territorial, quanto à manutenção de seus costumes e meios de vida, não precisando se submeter aos hábitos e costumes dos de fora, principalmente entre a geração mais velha. Entre os mais jovens, o turismo é sempre uma atividade referida, com a qual o universo da pesca se entrelaça por meio de atividades no mar, como mergulho, avistamento de baleias e outros animais marinhos. Os jovens do entorno da Resex Corumbau demonstram que querem permanecer em seus locais de origem, desejam ver suas comunidades preservadas em termos de paisagem, mas anseiam ter melhores oportunidades que seus pais e avós, e nesse aspecto almejam o reconhecimento do valor de suas particularidades.

Em termos de tradição, um dos elementos que mais chama a atenção nas comunidades é a importância dada à condição de nativo na definição dos direitos perante a comunidade e no status junto ao grupo. Ser nativo significa não apenas ser nascido no lugar, mas ter raízes também na pesca e provavelmente também um antepassado no local. Nas palavras dos pescadores, ‘a Resex é pros Nativos’. O reconhecimento de sua especificidade como comunidade tradicional se dá com base nessa ideia de pertencimento ao território e suas relações com o ambiente local, a ideia de um privilégio não parece estar presente entre as comunidades. Talvez devido às carências estruturais nos serviços oferecidos pelo Estado, à condição periférica em termos de status social e à própria história da região, onde descendentes de índios e escravos formam a maior parte da população, o sentimento de ‘injustiçado’ é muito mais presente nas comunidades do que o de privilegiado.

Os conflitos observados na pesquisa situam-se, no âmbito interno às comunidades, entre as Associações locais e o Conselho Deliberativo da Resex, às disputas de poder entre diferentes grupos que se contrapõem

aos anseios de desenvolvimento para o local e os meios necessários para obtê-los e, finalmente, os relacionados ao apoio ou a falta dele por parte do ICMBio. Em âmbito externo, os conflitos se manifestam no relacionamento com ONGs, pesquisadores e 'forasteiros'. Esses são vistos por muitos extrativistas com desconfiança, pois representam uma ameaça ao território e aos seus meios de vida, principalmente relacionados às restrições ambientais advindas do conhecimento científico e às tentativas de alguns empresários de afastar os pescadores de suas portas. Grande parte dos extrativistas ouvidos nesta pesquisa compartilha da ideia de que os recursos financeiros que viabilizam os trabalhos das ONGs na Unidade deveriam ser utilizados, pelo menos em parte, para melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores.

Os dados coletados permitiram verificar que o reconhecimento concedido às populações tradicionais extrativistas que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no âmbito institucional e jurídico do Estado brasileiro é certamente um avanço, especialmente no que diz respeito aos processos deliberativos instituídos. Ainda assim, as possibilidades de os extrativistas usufruírem plenamente de seus direitos requer a figura de um mediador, que faça a tradução entre a linguagem do Estado, da ciência e a dos extrativistas. Esse ponto põe a população extrativista ainda em uma situação desconfortável, pois fica sempre na dependência de uma instituição, e em alguns casos de alguma pessoa, dispostas a fazer essa intermediação.

4. CONCLUSÕES

Analisando-se a concepção das políticas públicas a partir do final do século XX, é possível afirmar que elas avançaram em termos de darem a oportunidade de diferentes setores da sociedade opinarem sobre os rumos do desenvolvimento que os afetam mais diretamente. No entanto, o desenvolvimento territorial, proposto como um esforço coletivo de diferentes atores, representantes de interesses distintos, em se envolverem em uma política comum de desenvolvimento para uma determinada re-

gião implica em certas posturas políticas desses agentes e quando essas práticas não condizem com o espírito de cooperação, as políticas atuais não são capazes de minimizá-las. Um olhar mais atento às nuances sócio-econômicas e culturais mostra que elas podem favorecer ou dificultar os laços no território. Sem essa premissa de identificação e colaboração entre os atores, as políticas ambientais e também aquelas voltadas para populações tradicionais tendem a se consolidar como iniciativas que, ainda que formalmente instituídas, carecem de significado para os próprios atores.

No caso específico daqueles que residem no entorno de Unidades de Conservação, como as Reservas Extrativistas Marinhas, o arcabouço institucional e jurídico vem possibilitando, pelo menos no discurso, um lócus formalmente constituído para expressão de suas demandas e opiniões, que é o Conselho Deliberativo, mas ao mesmo tempo, demanda um poder comunicativo na esfera pública que nem sempre já está dado, mas é preciso ser construído pela população extrativista. As demandas burocráticas processuais do Estado para o acesso às políticas em um contexto de relativo isolamento geográfico e baixa escolaridade da população adulta são somadas às carências de agentes públicos, por exemplo, da Extensão Rural na região, constituindo-se em barreiras para o acesso pleno aos direitos que as populações tradicionais conquistaram.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-120, 2010.
- BECK, U. *Ecological Enlightenment*. Essays on politics of the risk society. New Jersey: Humanities Press, 1995.
- CALLOU, A.B.F. *Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira* (intervenção à mesa de abertura) I Conferência da Pesca Artesanal no Brasil. Brasília, DF, Estádio Mané Garrincha. 28 – 30 de setembro de 2009.

- _____. Povos do Mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Cienc. Cult.*, São Paulo, vol. 62, n.3, 2010. Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2010
- DIEGUES, A.C. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. IN: *Etnográfica*, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375
- _____. *O Mito moderno da natureza intocada*. São PAULO: Hucitec, 2001, 3ª ed.
- _____. Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho. In: *Roteiros Metodológicos: plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais*. Org. RODRIGUES, E.; PAULA, A. C.; ARAUJO, C. M. Brasília: IBAMA, p. 125-157, 2004a.
- _____. *A Pesca Construindo Sociedades*. Leituras sobre Antropologia Marítima e Pesqueira. São Paulo: Nupaub/USP, 2004b
- GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas*. 1ª Ed. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HONNETH, A. *Luta Por Reconhecimento - A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2011.
- LOBÃO, R. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política de ressentimento*. Tese de Doutorado (Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MELUCCI, A. Challenging codes. *Collective action in the information age*. (3a ed). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. *A Invenção do Presente – Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RIBEIRO, G.L. *Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado*. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB: Série Antropologia. 1992
- SACHS, I. *A terceira Margem – em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

SEN, A e KLIKSBERG, B. *As pessoas em Primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SIMMEL, G. *Sociologia* Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O conflito na cultura moderna e outros escritos*. BUENO, A. (org.) São Paulo, SENAC, 2013.

SIQUEIRA, A.M. *Quem são os extrativistas? Perfil dos pescadores e da atividade pesqueira na Reserva extrativista Marinha de Corumbau – BA*. Dissertação (Ecologia e Recursos Naturais). UFSCAR, São Carlos, 2007.

SOUZA, J. A Gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, Fev, 2004. p 79-97.

_____. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª Ed. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

TAYLOR, C. *Sources of the self – the making of modern identity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

_____. *A ética da autenticidade*. São Paulo: Realizações, 2011.

UNITED NATIONS. *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. Estocolmo, 1992. Disponível em: <<http://www.unep.org/Decoments.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&1=en>>. Acesso em Nov. 2014.

_____. *Convention on Biodiversity*. Rio de Janeiro, Junho, 1992. Disponível em <<http://www.cdb.int/doc/legal/cdb-en.pdf>>. Acesso em Fev, 2014.

Agência Financiadora da Pesquisa: CAPES

Banca: Sheila Maria Doula, Jefferson Boechat, Marcelo Romarco, Edson Silva, Manoel Andrade.